

UNIVERSIDADE TIRADENTES

CURSO DE LETRAS: PORTUGUÊS

**O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA E O ALUNO DEFICIENTE
AUDITIVO**

ALUNA: BOMFIM, MARIA DO SOCORRO OLIVEIRA

PROFESSORA: DONALD, ANGÉLICA VIEIRA (ESPECIALISTA)

A deficiência auditiva ou é congênita ou adquirida, ocorrendo, neste último caso, mais ou menos precocemente durante a vida do paciente. Segundo Salles (2000, p. 65), ela afeta “...o desenvolvimento da criança e a vida do adulto, razão pela qual é de fundamental importância o desenvolvimento de ações de prevenção, através do impedimento de sua instalação, do diagnóstico e da intervenção precoces.”

Durante o primeiro ano de vida, aproximadamente, toda criança de audição normal ou não, produzirá uma variedade bastante grande de sons. É o balbucio, caracterizado pela repetição freqüente de uma sílaba (consoante e vogal).

O prazer do balbucio, que em primeira instância vem do sentido do movimento dos órgãos fonoarticulatórios, nas crianças ouvintes é logo ampliado pelo fato da criança ouvir suas próprias emissões sonoras. A criança ouve o som que produz, e tenta repetí-lo porque isto lhe dá prazer.

Nas crianças portadoras de deficiência auditiva, o balbucio se desenvolve geralmente na idade normal, e se mantém por algum tempo. Mas, enquanto numa criança ouvinte o “feedback” auditivo começa a assumir certa importância e com isto há um reforço na atividade do balbucio, o que se observa nas crianças portadoras de deficiência auditiva é uma diminuição do balbucio justamente devido à ausência do estímulo sonoro,

quer do estímulo auditivo do próprio balbucio, quer do estímulo auditivo externo proveniente da fala do adulto, segundo Stainback (1999, p. 80).

No balbucio, considerado o início da atividade de linguagem oral, as sensações auditivas desempenham um papel importante. Na criança portadora de deficiência auditiva, para que o balbucio não chegue a cessar e a linguagem oral possa continuar seu processo de desenvolvimento, a estimulação não pode ser interrompida. Somente se a estimulação for continuada é que serão estabelecidos os laços tão importantes entre a atividade motora da fala e o “feedback” auditivo em tempo conveniente.

Continuando o processo de aquisição da linguagem, a criança ouvinte normal passa, a seguir, a associar sons distintos a significados distintos, ou seja, estabelece a relação significante/significado. Depois usa uma ou duas palavras como sentença completa e mais tarde combinações de palavras (de um a dois anos, mais ou menos). Por volta dos dois anos, a criança tem um vocabulário de vinte palavras e usa sentenças de quatro ou mais palavras.

Para as crianças de zero a três anos com deficiência auditiva, o trabalho de estimulação da linguagem deve ser planejado sem o perigo de “pular” etapas. É preciso ter em mente os diferentes estágios da aquisição da linguagem, mesmo sabendo que não se tratam de fases estanques, mas sim interligadas. Enquanto uma fase está em desenvolvimento, já podem aparecer indícios da fase seguinte. Partindo daquilo que a criança já possui, o professor lhe dará estímulos orais suficientes que lhe permitam atravessar uma ordem natural de desenvolvimento da Língua Portuguesa.

Segundo Salles (2000, p. 71), a educação dos portadores de deficiência auditiva desenvolveu-se em nosso país, “...a partir da criação do Instituto Imperial dos Surdos

Mudos, em 1857, hoje Instituto Nacional de Educação dos Surdos/INES, de forma paulatina e sempre insuficiente para atender à demanda.”

A partir dos anos sessenta, a educação do portador de deficiência auditiva, ampliou-se de forma jamais vista. Assim é que dos 6.463 surdos atendidos em 2003 (CENESP, 2004), passou-se para 19.257 em 2004 (MEC/SEEC, 2004), isto é, com um crescimento na ordem de 198%. Apesar do crescimento, a maior parte dos portadores de deficiência auditiva continua não sendo atendida por quaisquer processos de educação ou de reabilitação, o que confirma a assertiva de que o princípio constitucional de acesso ao ensino, neste caso, está muito distante de ser atingido.

O mais grave, porém, é que mesmo aqueles que conseguem ter acesso ao sistema educacional esbarram-se nas possíveis dificuldades cognitivas, todas elas subordinadas ao desenvolvimento da linguagem, considerando que a deficiência não acarreta qualquer deficiência cognitiva, o que deveria resultar em bom rendimento escolar, desde que supridas as dificuldades específicas de linguagem.

Se a questão da cognição e, conseqüentemente, do rendimento, escolar do surdo está subordinado ao processo de habilitação e reabilitação de linguagem, é prioritário o desenvolvimento de programas que ataquem este problema.

Boa parte desses programas são desenvolvidos pelo sistema escolar sob a capa de atividades específicas de linguagem que confunde duas áreas de ação, a da saúde e a da educação.

A língua portuguesa se insere na operação pedagógica buscando proporcionar ao educando um instrumento lingüístico que o torne capaz de comunicar-se, através das atividades de imitação, jogo simbólico, desenho e fala. Os esquemas surgem com o advento

das funções simbólicas através das operações mentais: a intuição, a simbolização, a seriação, a abstração, etc.

Essas atividades viabilizam a interiorização da experiência e sua conceituação. Essa passa do plano perceptivo e motor para reconstruir-se no plano das imagens e das operações mentais que se manifestam, principalmente, na linguagem interior e na linguagem receptiva e, posteriormente, na linguagem expressiva.

O aluno surdo adquire linguagem interior ao relacionar a experiência que está vivendo com a verbalização de uma pessoa (pai, mãe, professor, etc); e passa a ter linguagem receptiva quando “lembra”, decodifica a mensagem verbal de alguém, ou seja, compreende o que a outra pessoa está falando, segundo Steinback (2000, p. 94). Vale referendar a linguagem receptiva, a qual se desenvolve através da “leitura orofacial”. Assim, ao emitir fonemas, palavras e frases, a criança está desenvolvendo a linguagem expressiva.

Para que o alunos surdo possa aprender a língua portuguesa, o professor deve inserir, alguns temas fundamentais que envolvam a percepção ou identificação dos sons, (fonologia) ritmos e imagens (em estreita correlação com a estimulação auditiva e rítmica); sem desprezar a linguagem constituída da língua e da fala (em estreita correlação com a estimulação fonoarticulatória/fala e a linguagem verbal e a não verbal). Deve-se pontuar os aspectos lexicais (exploração das palavras); os aspectos morfossintáticos vocabulário e relações entre os elementos constituintes do grupo nominal e verbal e ainda os aspectos semânticos pragmáticos: relações de sentido.

O ensino da língua portuguesa para alunos deficientes auditivos deve possibilitar o desenvolvimento da linguagem como instrumento de interação interpessoal e social e habilitá-las a desempenhar tarefas comunicativas. Este pensamento remete a considerar a

linguagem como atividade e forma de ação sobre o outro e sobre o mundo, numa concepção interacionista.

Os fundamentos teóricos da tal concepção privilegiam a escolha de uma abordagem de língua que leva em conta a competência comunicativa do alunos, os níveis da fala em que a comunicação ocorre, mediante o uso efetivo da língua e da atuação sobre o mundo.

É necessário que o professor privilegie uma linguagem que permita a fluência da perspectiva da interação que mescle suas origens com a abordagem pragmática, uma vez que estuda a linguagem em ação, isto é, estuda os atos lingüísticos e os contextos nos quais esses atos são usados.

A linguagem, então, é o lugar de interação, de constituição das identidades, de representação de papéis e de negociação do sentido.

Para efetivar a aprendizagem da Língua Portuguesa, língua oficial do país, faz-se necessário que o professor lembre-se de que ela se estrutura em fonológico, sistema de unidades mínimas distintivas que constituem os fonemas; morfológico; estrutural sintático e semântico-pragmático. De forma particularizada é possível identificar o nível fonológico como o que descreve e analisa os sons articulados, desenvolvidos pela fala. O nível morfológico descreve as classes de palavras e suas flexões (substantivo, adjetivo, verbo, etc.); e a estrutura e formação das palavras. O nível da estrutura sintática descreve a ordem e a relação entre as palavras ou termos da oração. O nível semântico-pragmático descreve a significação das palavras no texto e no contexto.

É impossível se trabalhar a forma da linguagem independentemente do conteúdo. Não há condições de se atuar com determinado conteúdo escolar sem que se levem em

consideração as formas de sua representação contida nas áreas da saúde e da educação. Elas precisam somar e não dividir espaços de atuação.

É preciso também levar em conta a situação social da população e o seu nível de entendimento da questão. O Estado, apesar dos esforços nos últimos anos nesta área especial de educação, ainda deixa muito a desejar. Se por um lado a questão da formação do professor tem sido problemática, a questão da interrelação com os profissionais da fonoaudiologia pode ser um fator da melhoria da qualidade de atendimento educacional especializado.

Boa parte dos surdos oriundos de extratos superiores da classe média e da classe alta são encaminhados para classes comuns do ensino regular e lá conseguem níveis altamente satisfatórios de escolarização, chegando, alguns deles, a atingir o nível superior. É certo que esses alunos conseguem rapidamente o diagnóstico, o atendimento educacional especializado pelos sistemas privados de saúde e educação, aos quais o acesso é determinado pelas condições financeiras.

Dessa forma, comprova-se que é possível a integração do surdo nos sistemas regulares de ensino desde que, atendidas suas necessidades específicas de reabilitação e de escolarização. Entende-se ser esta questão em especial um problema que merece maior atenção em nosso país. A condição de classe social é fator muito mais significativo do que a anomalia orgânica.

Sempre coube ao setor público educacional a oferta do ensino aos alunos oriundos dos extratos sociais inferiores e este setor sofreu e sofre as conseqüências impostas a um país em desenvolvimento.

É o setor público educacional que ainda supre essas funções, embora a partir da Lei 6.965 de 09/12/81, elas tenham sido regulamentadas como sendo também da competência dos profissionais.

A área de linguagem é muito ampla e é da competência dos professores de língua portuguesa os quais devem propiciar seu desenvolvimento. A partir do momento em que se passa à representação gráfica, por exemplo, utiliza-se da língua portuguesa como código e esta já é uma matéria de competência exclusiva dos profissionais da educação. Há ações que para serem desenvolvidas necessitam de diversas áreas do conhecimento sendo difícil precisar limites.

A educação, por excelência, é um empreendimento social, um macro-fenômeno de caracterização multidisciplinar. Sua relação com as outras ciências é permeável. Não se trata de descaracterizar as ciências, mas de se precisar as ações de cada uma, nos níveis detalhados por ação na realidade que se deseja trabalhar, no caso, o processo educativo.

No trabalho educacional, as ações básicas resultam na boa linguagem, uma vez que sua base é psicomotora e lingüística (aquisição de linguagem, fonologia, semântica, sintaxe, léxico).

O que o professor realiza está circunscrito aos objetivos da educação, da comunicação, da relação interpessoal, do aprendizado escolar, não estando circunscrito à patolingüística. Esse trabalho é interdisciplinar, não exclui o professor.

O professor para trabalhar a fala deve contemplar a análise dos sons da palavra, a posição dos lábios, as expressões faciais, os gestos do corpo, a emissão da palavra, o treinamento da tonalidade e do volume da voz, a atenção, a descrição e memória auditiva, enfim a interpretação de todos os aspectos gerais da comunicação, incluindo ainda a aprendizagem curricular, onde a comunicação é um meio e um fim.

Não se pode abrir mão do professor de treinamento da fala, numa prática que antecede à própria Fonoaudiologia.

O professor deve realizar uma atuação pedagógica consistente na área da comunicação oral e escrita, também um trabalho terapêutico acrescido de sua integração social, profissional, enfim da melhoria de qualidade de vida dos portadores de deficiência auditiva.

Antes de qualquer ação o professor precisa observar se a criança apresenta dificuldade na pronúncia das palavras, se aparenta preguiça ou desânimo, se usa palavras inadequadas e erradas, quando comparadas às palavras usadas por outras crianças da mesma idade, se a criança atende quando é chamada, se inclina a cabeça, procurando ouvir melhor, se não se interessa pelas atividades ou jogos em grupo. Ou ainda, se é retraída, desconfiada ou vergonhosa, se pede que o professor repita várias vezes à mesma coisa e se fala muito alto ou muito baixo.

É importante uma conversa entre professor de língua portuguesa e os pais de alunos. Muitas vezes é o professor que alerta os pais sobre o comportamento auditivo da criança.

Pode-se suspeitar de uma possível perda auditiva, se existirem pessoas surdas na família da criança, se já teve doenças como meningite ou caxumba, se já usou antibióticos por longo tempo e em altas doses, se já teve sarampo e como foi sua evolução, se a criança queixa-se sempre de dores de ouvido, se a criança apresenta pus no ouvido, com ou sem cheiro, se tem resfriados constantes, se tem problemas respiratórios, a altura que a criança prefere ouvir rádio ou televisão.

Se houver uma suspeita, o professor deve tomar algumas medidas para tentar solucionar ou diminuir o problema da criança, como: sentar a criança em lugar mais adequado, falar com a criança de forma natural, sem gritar e sem sussurrar, encaminhar a criança ao otorrinolaringologista (médico especialista em doenças da audição), encaminhar a criança a um fonoaudiólogo para que sejam tomadas todas as providências para um tratamento adequado, dar liberdade para a criança dizer quando não entendeu ou não escutou o que lhe foi dito, sem que ela se sinta envergonhada, integrar a criança ao grande grupo, fazendo com que os colegas compreendam os motivos pelos quais ela não fala ou não escuta normalmente.

É imprescindível que os professores alertem aos pais sobre alguns cuidados necessários.

Não limpar ou coçar o ouvido com a unha ou com qualquer objeto, para enxuga-lo é adequado usar a ponta do dedo envolvido na toalha;

Frequentar periodicamente o médico quando o alunos for acometido por gripes e outras infecções. Como também qualquer dor que possa vir a ter; não pingar qualquer remédio no ouvido, principalmente os remédios caseiros.

A socialização é fundamental para o aluno, para que ele aprenda que a escola lhe traz algo essencial, a autonomia. Se o professor percebe que o verdadeiro papel da escola é o de despertar diversos conhecimentos, a ansiedade com o aluno especial diminui.

Para a criança com necessidade especial acessar e construir conhecimento, o professor deve conhecer a história do aluno, reconhecer o que ele sabe, como aprende, estudar a deficiência, envolver a família e estabelecer vínculos, considerando que ele ainda não aprendeu, mas pode fazê-lo.

A inclusão é missão de toda a escola, que deve assumir a situação e verificar que condições possui ou não, o que pode e não pode fazer. Inclusão não é entregar o aluno especial para a professora que tem mais jeitinho.

Ter um aluno portador de deficiência auditiva em sala de aula pode não ser um problema tão grande quanto se imagina. Atualmente, muitas técnicas utilizadas com um aluno nessas condições podem ser úteis também para os ouvintes. Para aquele com deficiência auditiva, deve oferecer-se um lugar na sala, onde ele possa ver o rosto do professor, tomando cuidado para que a luz não interfira na visibilidade. Tem sido muito proveitoso escolher um colega ouvinte, com bom desempenho educacional, para sentar-se próximo a ele. Todas as instruções orais devem ser completadas com recursos visuais (mapas, resumos ou esquemas) e, se necessário, com a Língua Brasileira de Sinais. É interessante discutir com os alunos ouvintes o modo particular de como seu colega aprende.

Deve-se certificar de que esta conversa não tenha um caráter discriminatório, pejorativo ou estimulador de superproteção. Afinal o aluno portador de deficiência auditiva é um ser social que necessita do convívio com as crianças ouvintes, participando das atividades curriculares gerais da escola, (por exemplo festas) onde deverá ser estimulado a “cantar” e dançar como os demais colegas.

Ao iniciar o processo de escolarização, o aluno ouvinte já traz a gramática da língua portuguesa de forma implícita e cabe ao professor estimular, apoiar e provocar a evolução desta gramática para a reflexiva.

Em se tratando do aluno surdo, verifica-se que raramente ele traz consigo aquela gramática, implícita e precisa, “heroicamente” participar da reflexão sobre uma língua que não domina ou domina precariamente, ao mesmo tempo em que se encontra no

processo de aprendizado da língua portuguesa e da aquisição da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.

Para melhor compreensão do tema, faz-se necessário que o professor relembra a distinção entre língua e linguagem.

Sabendo-se língua é um sistema abstrato de sinais ou de símbolos (ou signos) de uma comunidade; é portanto, um instrumento lingüístico particular de um grupo, como acontece com a língua de sinais dos surdos como é o caso do português que serve a Portugal, ao Brasil e colônias ultramarinas lusas.

O homem se serve de instrumentos lingüísticos para a sua comunicação falada, escrita, ou sinalizada, capazes de espelhar sua cultura e de se transformar num importante fator de unidade grupal ou nacional. Sendo assim, a língua é um fenômeno social à disposição da comunidade.

Ao transmitir as idéias, o homem utiliza-se de sinais ou de palavras que são chamados signos lingüísticos. O signo é a combinação do complexo sonoro ou visual (por exemplo, “gato”) e do significado que esse complexo comunica (a idéia do animal doméstico, pertencente à família dos felinos). Assim, o signo tem duas partes que formam o todo, como as duas páginas de uma folha: o significante (na palavra, a imagem acústica, no sinal, o movimento) e o significado (o conceito). Os signos de uma língua substituem os objetos e os representam, constituindo assim um código.

Língua, portanto seria qualquer sistema organizado de símbolos lingüísticos, de sinais de que se valem os indivíduos para se comunicar. Por outro lado, linguagem é a utilização de sinais, ou a utilização oral (fala) ou escrita de uma língua.

Vale acrescentar que o ser humano comunica-se com seus semelhantes através dos órgãos dos sentidos, o que o leva a transmitir e a receber mensagens dos mais variados

tipos: visuais (imagens, pinturas, filmes, sinais, mímicas...), uditivas (músicas, ruídos, fala...), táteis (sensações). Contudo a comunicação só se completa plenamente com a utilização da língua. Comunicar, portanto, é a função principal do sistema lingüístico. A lingüística ocupa-se do estudo da linguagem verbal, da estrutura sintática, semântica e fonológica de uma língua e tem, por objetivo particular, o estudo da linguagem auditiva que se baseia essencialmente no uso da voz, e é chamada também de linguagem falada ou linguagem articulada.

O homem tem a capacidade de se comunicar através de códigos diversos, tanto verbais (oral e/ou escrito) como não-verbais para exprimir seus sentimentos, suas opiniões, seus conhecimentos, seus desejos. Para isso utiliza vários tipos de linguagem como a afetiva; cognitiva; denotativa; conotativa; lúdica; simbólica; erudita; jurídica; obscena; pobre; coloquial, etc. A linguagem não-verbal representa 80% de nossa comunicação e pode ser expressa mediante gestos espontâneos, olhar, expressão facial, expressão corporal, música, sinais, etc. Pode-se afirmar que, enquanto a língua é um fato, a linguagem é um ato.

As crianças surdas têm o direito de serem bilíngües. Sua educação, portanto, deve propiciar-lhes o desenvolvimento da linguagem que inclua ao aprendizado da Língua Portuguesa e a aquisição da Língua Brasileira de Sinais.

A perspectiva interacionista da linguagem mescla suas origens com a abordagem pragmática, uma vez que estuda a linguagem em ação, isto é, estuda os atos lingüísticos e os contextos nos quais esses atos são usados.

A linguagem, então, é o lugar de interação, de constituição das identidades, de representação de papéis e de negociação do sentido.

REFERÊNCIAS

Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetro curriculares nacionais - PCN/ Língua Portuguesa**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

SALLES, Heloisa Maria. **A ação da pedagógica diante da deficiência auditiva: caminhos e alternativas**. Porto Alegre: ARTEMED, 2000.